



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

PPA 2012-2015

Apresentação do Eixo Estruturante Poder Judiciário e
Prestação Jurisdicional para o Plano Plurianual 2012-2015

- Eixo Estruturante
- Macrodesafio
- Programas Temáticos
- Objetivos
- Metas
- Iniciativas
- Programa de Gestão

Novembro 2011



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jacqueline Adorno	Desembargadora Presidente
Luiz Aparecido Gadotti	Desembargador Vice Presidente
Ângela Prudente	Desembargadora Corregedora Geral de Justiça
Carlos Luiz de Souza	Desembargador
José Liberato Costa Póvoa	Desembargador
Antônio Félix Gonçalves	Desembargador
Amado Cilton Rosa	Desembargador
José de Moura Filho	Desembargador
Daniel de Oliveira Negry	Desembargador
Willamara Leila de Almeida	Desembargador
Marco Anthony Steveson Villas Boas	Desembargador
Bernardino Lima Luz	Desembargador

Juízes Convocados

Juiz Eurípedes Lamounier	(Des. Amado Cilton Rosa)
Juíza Adelina Gurak	(Des. Carlos Souza)
Juíza Célia Regina Régis	(Des. Liberato Povoá)
Juiz Helvécio Brito Maia	(Des ^a Willamara Leila)

Diretorias

José Machado dos Santos	Diretor Geral
Carlos Henrique Drumond Soares Martins	Diretor Administrativo
Maristela Alves Rezende	Diretora Financeira
Vanusa Bastos	Diretora do Centro de Comunicação Social
Marco Aurélio Giralde	Diretor de Tecnologia da Informação
Francisco de Assis Sobrinho	Diretor Judiciário
Antônio José Ferreira de Rezende	Diretor de Gestão de Pessoas
Rosane Helena Mesquita Vieira	Diretora de Infraestrutura e Obras
Sidney Araujo Sousa	Controlador Interno
Rosana Aparecida Finotti de Siqueira	Chefe de Gabinete da Presidência
Ana Beatriz de Oliveira Pretto	Diretora Executiva da ESMAT
Ana Carina Mendes Souto	Chefe de Gabinete da CGJUS

Comissão Auxiliar de Orçamento, Finanças e Planejamento

Agnes Souza da Rosa	Anna Paula de Almeida Cavalcanti Ribeiro
Écio Marques da Silva	José Atílio Beber
Maria das Graças Dias Pinheiro Castro	Neilimar Monteiro de Figueiredo
Valdeir Gomes de Santana	



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

**EIXO
ESTRUTURANTE** **PODER JUDICIÁRIO E PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins tem passado por diversas transformações, principalmente quanto ao aumento da demanda pela tutela jurisdicional, fato este que caracteriza um indicativo para a necessidade premente em oferecer acesso à justiça a todos, indistintamente, através de uma prestação de serviços com qualidade.

Como marco para o alcance deste objetivo primordial, a implantação do Processo Eletrônico foi iniciada e encontra-se em fase de implementação, para a qual são necessárias parametrizações nos sistemas, treinamentos, bem como adaptações das estruturas físicas e tecnológicas em todo o Poder Judiciário do Tocantins.

O direito fundamental do acesso à Justiça encontra-se sedimentado em nossa Constituição, incumbindo ao Estado à prestação de assistência jurídica integral aos necessitados (Art. 5º, LXXIV). Não obstante a garantia constitucional de acesso à justiça, observa-se, da análise social e factual da sociedade, que se trata de um direito estritamente formal, em decorrência dos inúmeros obstáculos e fatores que dificultam o acesso ao sistema jurídico. As dificuldades de acesso ao Judiciário são lembradas como inibidores da realização plena da cidadania. O desconhecimento dos direitos, por um lado, e a percepção de uma justiça vista como cara e lenta, de outro, afastam dos tribunais a maior parte da população (SADEK 2001) ¹.

É imperativo ampliar o acesso das pessoas à prestação jurisdicional do Estado bem como uma resposta rápida e segura a esta demanda a partir do reconhecimento de que não há exercício de cidadania sem a possibilidade de funcionamento pleno desse serviço essencial.

Por meio da Resolução nº 021 de dezembro de 2009, foi instituído o planejamento estratégico Institucional do Judiciário Tocantinense para o período de 2010 a 2014 em observância a Resolução 70 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Obedecendo ao contido na Resolução do CNJ, buscando aliar o Planejamento Estratégico ao Plano Plurianual, e considerando a importância desse alinhamento para a organização, o planejamento estratégico deverá estar diretamente relacionado com a realização do PPA, ou seja, eles relacionam-se com os objetivos de longo prazo e com estratégias e ações para alcançá-los, contribuindo com a instituição de modo geral.

¹ Boaventura de **Sousa** Santos destaca três fatores como responsáveis pela distância entre a massa de cidadãos e a justiça: "os cidadãos com poucos recursos tendem a conhecer pior os seus direitos e, portanto, a ter mais dificuldades em reconhecer um problema que os afeta como sendo problema jurídico; (...) mesmo reconhecendo o problema como jurídico, como violação de um direito, é necessário que a pessoa se disponha a interpor a ação. Os dados mostram que os indivíduos das classes mais baixas hesitam muito mais que os outros em recorrer aos tribunais mesmo quando reconhecem estar perante um problema legal; (...) quanto mais baixo é o estrato sócio-econômico do cidadão menos provável é que conheça advogado ou que tenha amigos que conheçam advogados, menos provável é que saiba onde, como e quando pode contratar o advogado, e maior é a distância geográfica entre o lugar onde vive e a zona da cidade onde se encontram os escritórios de advocacia e os tribunais." (SANTOS, 1989, p. 49).



Poder Judiciário do Estado do Tocantins PPA 2012-2015

Sob esta ótica, o Poder Judiciário tem como missão “Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz”, sendo esta a essência da sua existência. A fim de orientar as soluções estratégicas para os desafios do Poder Judiciário, nos próximos quatro anos, tem-se por visão “consolidar-se como Tribunal de Justiça comprometido com a sua gestão estratégica, mais moderno, eficaz e respeitado pela sociedade.”

Na elaboração do Planejamento Estratégico, observou-se que, no Poder Judiciário, apesar de seu desenvolvimento e modernização, permanecem alguns desafios, como o aumento constante da demanda que torna cada vez mais difícil a redução da taxa de congestionamento (total de processos judiciais baixados, dividido pelo total de processos judiciais novos mais casos judiciais em tramitação); mas, no que pese as dificuldades, o Judiciário Tocantinense conta com Magistrados e Servidores comprometidos e conscientizados da importância de sua modernização.

O Poder Judiciário do Estado do Tocantins; seguindo o modelo contido nas orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, o qual também está sendo utilizado pelo Governo Estadual, para direcionar os seus órgãos, bem como os poderes estatais; propõe o **Eixo Estruturante** “Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional”, cuja **área de resultado** é a sociedade e como **macrodesafio** será garantir a **Prestação Jurisdicional** e, para tal, deverá “consolidar-se como Poder Judiciário comprometido com a sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, seguro e respeitado pela sociedade” expresso em sua Visão. Com esta finalidade são apresentados dois **Programas Temáticos**, quais sejam:

- I) Eficiência e acesso ao sistema de justiça,
- II) Modernização tecnológica de infraestrutura e Gestão de Recursos.



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

Macrodesafio **Consolidar-se como Poder Judiciário comprometido com a sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, seguro e respeitado pela sociedade.**

Macrodesafio do Poder Judiciário é garantir a Prestação Jurisdicional e, para tal, deverá “Consolidar-se como Poder Judiciário comprometido com a sua Gestão Estratégica, moderno, eficaz, célere, segura e respeitado pela sociedade” que está expresso na visão de futuro.

A missão do Poder Judiciário é “garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz” por intermédio de uma prestação jurisdicional efetiva.

Neste contexto, a área de resultado do Poder Judiciário é a sociedade e o desafio maior é fornecer uma prestação jurisdicional eficaz.

Assim, para propiciar resultados para a sociedade visando prover uma prestação jurisdicional efetiva, o Poder Judiciário irá atuar nos seguintes segmentos:

Acesso à Justiça: Racionalizar e garantir o acesso à Justiça através da informatização dos processos, promoção de meio de solução conciliatória de conflitos e reestruturação organizacional.

Infraestrutura: Garantir estrutura física, tecnológica e gestão de recursos que dêem condições de uma boa prestação jurisdicional.



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

**Programa
Temático I: Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça**

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Justiça Estadual está estruturada em dois graus de jurisdição. A primeira instância é composta por Juízes de Direito e a segunda instância composta por Desembargadores. Quanto a sua estrutura, o Poder Judiciário do Tocantins conta com 42 (quarenta e duas) Comarcas que assistem aos 139 municípios. Os Magistrados são em número de 143, sendo 131 Juízes de 1ª instância e 12 Desembargadores de 2ª instância, com quadro de 1.117 servidores efetivos, 32 cedidos, 42 requisitados e 389 sem vínculo efetivo (Base de dados do TJTO – 2010), totalizando, a força de trabalho do Poder Judiciário Tocantinense é 1.723 servidores.

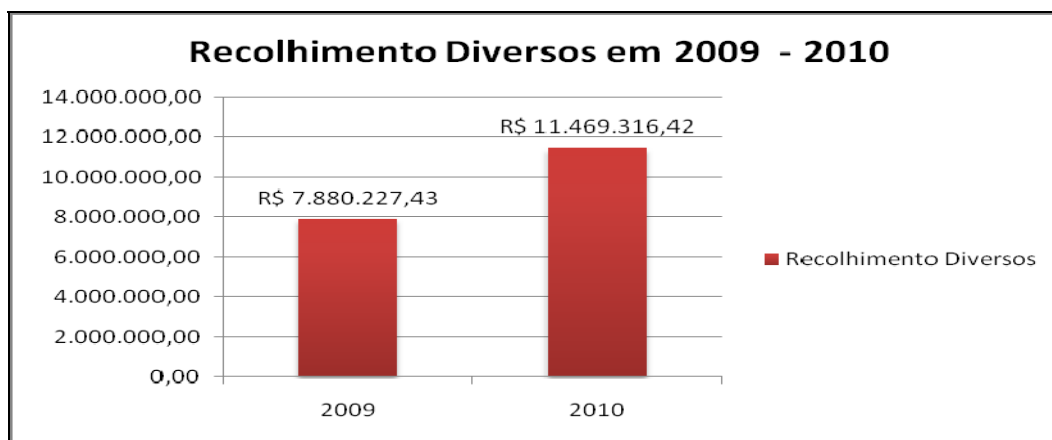
Apresentam-se o desempenho de algumas variáveis importantes da Justiça Estadual Tocantinense.

Ano	PIB do Estado do Tocantins	Despesa Total da Justiça	Despesa da Justiça em relação ao PIB
2009	R\$ 13.752.577.746,00	R\$ 143.478.933,00	1,04%
2010	R\$ 15.867.580.746,00	R\$ 210.151.760,00	1,32%

Fonte: Justiça em números 2009-2010

Tabela 1.0 – Despesa Total da Justiça

Em análise aos dados estatísticos, como demonstrado na tabela 1.0, observamos que, em relação à Despesa Total da Justiça, de 2009 para 2010, houve um crescimento de 46,5%, representando em 2010 1,32% do PIB do Estado do Tocantins. Ainda assim, as despesas em relação ao PIB aumentaram em apenas 0,26 pontos percentuais.



Fonte: Justiça em números 2009-2010

Gráfico 1.0 – Recolhimento Diversos



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Em análise aos dados do gráfico 1.0, em 2010 foram arrecadados pelo Tribunal R\$ 11.469.316,42 em custas e recolhimento diversos. Destaca-se que houve um aumento da receita em relação a 2009 de 46%, em função do Projeto “Elevação da Arrecadação do FUNJURIS”. Com o incremento das receitas foi possível a realização das obras e adequação das unidades do Poder Judiciário.

Ano	Despesa Total da Justiça	Recolhimentos Diversos	Relação Despesa/Recolhimentos (em %)
2009	R\$ 143.478.933,00	7.880.227,43	5,49
2010	R\$ 210.151.760,00	11.469.316,42	5,46

Fonte: Justiça em números 2009-2010

Tabela 2.0 – Despesa Total da Justiça

Em análise aos dados estatísticos, como demonstrado na tabela 2.0, quanto ao total de receitas em relação à despesa da Justiça Estadual, em 2010 o TJTO arrecadou 5,46% das despesas realizadas. Isso demonstra que está havendo um crescimento proporcional entre despesas totais e recolhimentos diversos.

Em 2009 tramitaram cerca de 328 mil processos e em 2010 tramitaram 334 mil processos. Em 2010 foram baixados 72.813 processos entre conhecimento + execução. Neste contexto, verifica-se que a demanda por uma solução de natureza judicial tem sido significativa.

Destaca-se o desempenho de algumas variáveis importantes da Justiça Estadual Tocantinense.

Variáveis	Valores em 2010
PIB	R\$ 15.867.580.746,00
População	1.303.001
Despesas e Receitas	Valores em 2010
Despesa Total da Justiça	R\$ 210.151.760,00
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 163.032.266,45
Total de Receitas - FUNJURIS	R\$ 11.469.316,42
Recursos Humanos	Valores em 2010
Total de Magistrados (1º Grau)	131
Total de Desembargadores (2º Grau)	12
Total de Servidores Efetivos	1.117
Total de Servidores Cedidos	32
Total de Servidores Requisitados	42
Total de Servidores Sem Vínculo	389



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Litigiosidade (conhecimento)	Valores de 2010
Total de Casos novos	70.876
Total de Casos Pendentes (em tramitação)	159.408
Total de Processos Baixados	58.898
Total de Sentença (decisões que põe fim ao processo)	61.851
Litigiosidade (execução)	Valores de 2010
Total de Casos novos	23.662
Total de Casos Pendentes (em tramitação)	80.270
Total de Processos Baixados	13.915
Total de Sentença (decisões que põe fim ao processo)	8.297
Taxa de Congestionamento*	Valores de 2010
Taxa de Congestionamento conhecimento 2º Grau	41,58%
Taxa de Congestionamento conhecimento 1º Grau	79,22%
Taxa de Congestionamento execução 1º Grau	87,40%
Taxa de Congestionamento conhecimento Juizados	60,74%
Taxa de Congestionamento execução Juizados	63,37%
Taxa de Congestionamento conhecimento Turma Recursal	11,50%
Produtividade do Magistrado**	Valores de 2010
Produtividade do magistrado de 2º Grau	515
Produtividade do magistrado de 1º Grau	445
Produtividade do magistrado de Juizados	879
Produtividade do magistrado de Turmas Recursais ***	151

Fonte: PIB e População – IBGE – Justiça em números 2010

Demais dados - Base de dados do TJTO - valores de 2010

*Taxa de congestionamento é calculado pela fórmula = (Total de processos baixados / Casos novos + Casos pendentes)

**A Produtividade dos Magistrados é calculada pela fórmula = (Total de processos julgados / total de magistrados)

***Estes magistrados não possuem atuação exclusiva nas Turmas Recursais

Tabela 3.0 – Variáveis do TJTO em 2010

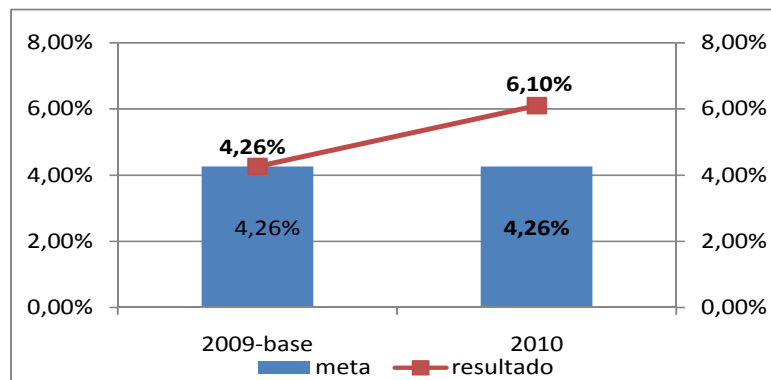
No âmbito tecnológico temos o exemplo da utilização da metodologia do processo eletrônico. No Poder Judiciário, este projeto vem sendo implantado desde 2007 através do projeto piloto nos Juizados Especiais da Capital e Vara da Fazenda de Araguaína. Em 2011 o Poder Judiciário dá um grande passo com a Resolução nº 01/2011 (Diário da Justiça 2589 de 15 de fevereiro de 2011) e Instrução Normativa nº 02/2011 (Diário da Justiça 2650 de 18 de maio de 2011) onde normatiza o uso do Processo Eletrônico no 1º e 2º graus de jurisdição. Com este passo, o Poder Judiciário dá início a implantação do processo eletrônico nas demais varas.



Poder Judiciário do Estado do Tocantins PPA 2012-2015

O resultado deste trabalho já pode ser visualizado. O total de processos virtuais passou de 4,26% em 2009 para 6,10% em 2010 em relação ao total de processos novos.

Índice de Virtualização dos processos novos Período 2009-2010

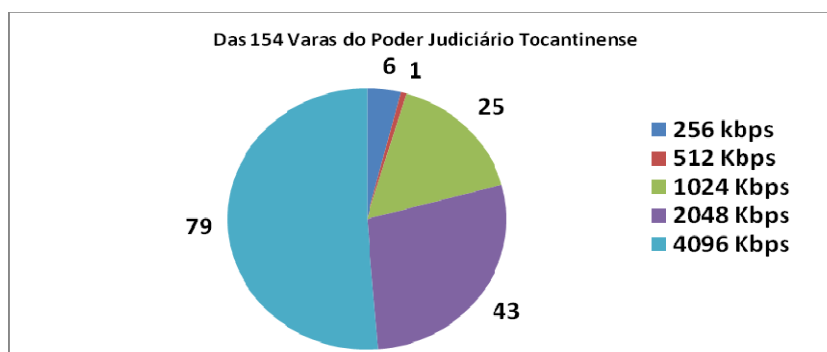


Fonte: Base de dados do TJTO

Gráfico 2.0 – Virtualização dos processos novos

A REDE TELEJURIS possui link de Internet e Intranet de 30 Mbps. As Comarcas contam com potencial de link de dados de transmissão assim distribuídos: Comarcas de 1ª Entrância – 1024 KBps, Comarcas de de 2ª entrância – 2048 KBps e Comarcas de 3ª Entrância – 4096 KBps, com excessão de Dianópolis e Taguatinga que estão com 256 KBps e o Tribunal de Justiça – 30 Mbps.

No gráfico seguinte consta o cenário atual dos links de comunicação de dados das Unidades Judiciárias e a sede do Tribunal de Justiça:



Fonte: Diretoria de Informática do TJTO

Gráfico 3.0 – Links de comunicação

Ainda em relação a comunicação de dados, a rede TELEJURIS conta com 77% das unidades judiciárias com recurso de Aceleradores de Redes WAN. Na segurança de redes, a Rede do Poder Judiciário conta com apenas uma solução de segurança baseada em Firewall que está defasado desde 2008. Na consolidação de servidores, a rede do Poder Judiciário conta 15% dos seus serviços e sistemas consolidados.



Poder Judiciário do Estado do Tocantins PPA 2012-2015

A implantação do planejamento estratégico foi um marco na gestão do Judiciário e tal será fortalecido nos próximos anos.

Hoje, o Poder Judiciário do Tocantins passa por um período importante para a consolidação de sua missão, que é **“Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz”**.

Para tanto, a implantação do processo judicial eletrônico (e-PROC/TJTO) e o processo administrativo eletrônico (SEI) serão fundamentais. Isso proporcionará celeridade aos procedimentos judiciais e administrativos, por meio do sistema de tecnologia da informação, garantindo a efetiva diminuição do uso do papel e dos estoques de material de expediente. Aproveitará, de forma eficaz a mão de obra dos servidores e, para os operadores do Direito, menos burocracia, mais comodidade e menos custo.

Antes os advogados precisavam ir ao fórum, requisitar os autos, analisá-los e voltar para devolver. Enquanto isso o procurador da outra parte, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Procuradoria Geral do Estado e o próprio Magistrado ficavam impedidos de ter acesso ao processo. Com a informatização, todos poderão analisar os processos simultaneamente e sem burocracia.

Esta evolução garantirá também mais segurança no trâmite processual, pois todos os acessos e alterações nos autos ficam registrados eletronicamente. Neste contexto, também as auditorias poderão ser realizadas a qualquer momento.

Para tal faz-se mister a modernização do parque tecnológico. Visando atender esta finalidade será instalada a sala cofre e aperfeiçoada a segurança de rede. Haverá investimento em solução de comunicação de dados, aquisição de aceleradores de redes WAN para atender as unidades judiciárias, aquisição de nova solução de segurança baseada em Firewall e IPS para a sede desta Corte de Justiça, bem como dotar todas as Unidades Judiciárias de solução de segurança de rede apropriada.

Neste mesmo sentido, a otimização das rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos irá garantir agilidade na tramitação dos processos. Para tal buscar-se-á a excelência na gestão pública com a implementação do programa GesPública, respeitando os princípios da sustentabilidade ambiental. Realizar-se-á mapeamento de processos judiciais e administrativos, melhorar e aumentar as parcerias com outros órgãos e entidades, melhorar o gerenciamento dos cartórios e secretarias, virtualizar o acervo de jurisprudência, acórdãos e busca processual, dentre outras ações necessárias à busca contínua da melhoria do atendimento.

Com a mudança estrutural que o Judiciário vem passando, várias necessidades de pessoal ocorreram, principalmente na área de tecnologia da informação, infraestrutura, além das deficiências de analistas técnicos especializados nas diversas áreas, tais como na Vara da Infância e Juventude, Vara Especializada na Violência Contra a Mulher, dentre outras. Portanto, aumentar o número de servidores será outro desafio que irá garantir agilidade na justiça.



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

Aumentar o número de municípios com comarcas instaladas também será outra iniciativa que buscará facilitar o acesso à justiça.

No mesmo sentido, será essencial assumir o desafio de promover meios de solução consensual de conflitos, implementando unidades de conciliação e viabilizando as estruturas necessárias para a promoção da mediação e da conciliação como retorno efetivo às demandas da sociedade.

Com essas iniciativas, o resultado esperado será a diminuição na taxa de congestionamento e melhoria na acessibilidade à justiça com reflexo direto na prestação de serviços aos jurisdicionados.

Na área da tecnologia da informação, o desafio será ter 100% das Unidades Judiciárias com velocidade mínima de 2048 kbps até 2015 e Link mínimo 50 Mbps para acesso à Internet e intranet. 100% das unidades judiciárias dotada de Aceleradores de Redes WAN, 100% do parque tecnológico dotado de solução de segurança de rede e 90% do parque tecnológico de servidores e serviços consolidados, seguros, com alta performance.

Os desafios do Poder judiciário para os próximos anos não são poucos, e as transformações exigem cada vez mais uma justiça célere, segura e eficaz. Para superar esses desafios é indispensável dotar a Justiça Estadual de mecanismos à busca contínua da qualidade dos serviços prestados, de forma que ela esteja apta a promover sua efetiva jurisdição.

Indicadores associados ao Programa Temático Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça.

Indicador	Unidade de medida	Referência		Resultado esperado PPA
		Ano	Valor base	
Índice de acesso à justiça	%	2010	30	32
Aumento do quadro de pessoal em número de Magistrados e Servidores	un	2010	1861	372
Número de pessoas treinadas em mediação e conciliação	un	2010	248	248
Índice de acordos homologados	%	2010	42	50
Índice de agilidade na publicação dos acórdãos	%	2010	28,38	100
Índice de virtualização de processos novos	%	2010	6,10	100
Redução do consumo de papel (em resmas)	un	2010	17.388	16.866



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

Valor global estimado para suprir o Programa Temático Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça

	Valor 2012	Valor 2013-2015
Orçamento Fiscal		
Despesas Correntes	2.950.000,00	13.405.000,00
Despesas de Capital	5.600.000,00	13.050.000,00
Outras Fontes		
Valor Global	35.005.000,00	

Objetivo 001 Facilitar o acesso à Justiça, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais bem como propiciar uma resposta rápida e segura aos cidadãos, desenvolvendo ações que garantam equidade e presteza no atendimento à sociedade e melhorando.

Caracterização

A Constituição Federal garante ao cidadão acesso à Justiça. Hoje o Judiciário Tocantinense conta com quarenta e duas Comarcas espalhadas pelo Estado. Com a implementação do processo judicial eletrônico nos Juizados Especiais (PROJUDI), desde 2007, e com o início de implantação do processo judicial eletrônico (e-PROC/TJTO), em 2011, nas demais Varas, o usuário da justiça terá acesso ao judiciário em todas as outras cidades que possuem internet, dispensando o deslocamento dos jurisdicionados para protocolizar suas ações e oportunizando transparência e celeridade na prestação jurisdicional.

Um dos indicadores que representa a implementação do processo eletrônico é o índice de virtualização dos processos novos que em 2009 era de 4,26 % e em 2010 passou para 6,10 %. Nesse período apenas os Juizados Especiais estavam com o processo eletrônico PROJUDI implantado. Após a consolidação deste e, com o intuito de que todos os processos se tornem virtuais, surgiu o projeto Processo Judicial Eletrônico (e-PROC/TJTO). Este está em sua fase inicial de implementação e busca, de forma gradativa, implantar o processo judicial eletrônico nas demais Varas Judiciais, possibilitando que todos os processos novos sejam virtualizados.

A informação, agora na forma de bits e tamanho de Mega, Giga e Terabytes necessita de novos requisitos de armazenamento, autenticidade, confiabilidade, integridade e sigilo. Os dados devem ser tratados não mais como bytes, mas sim como a materialização do resultado da própria prestação jurisdicional. Assim é primordial garantir a segurança do ambiente da Tecnologia da informação.



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

A reestruturação organizacional do Poder Judiciário também será relevante para facilitar o acesso a justiça. Para tal alteração na Lei de Organização Judiciária será outro marco importante para alcançar este intento.

Metas associadas ao Objetivo 001

Meta 2012-2015	Aumentar para 32% os municípios atendidos aonde a justiça chega de alguma forma.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo Estado do Tocantins	32	%

Meta 2012-2015	Aumentar em 372 o número de Magistrados e Servidores.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo Estado do Tocantins	372	un

INICIATIVA

Implantação do Processo Judicial Eletrônico (e-PROC/TJTO); Implantação da Segurança de rede; Consolidação do ambiente de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); Instalação de Sala cofre.

Alteração da Lei de Organização Judiciária; Instalação de Comarcas; Reestruturação da CGJUS; Realização de concurso público

Objetivo 002 **Disseminar na sociedade os conceitos de soluções conciliatórias para resolução de conflitos, através da consciência coletiva de valores.**

Caracterização

O acesso à Justiça, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal trata de um direito a uma resposta para um conflito que se quer solucionar. A sentença é apenas uma das formas de oferecer essa resposta à sociedade. De excelência técnica, a sentença deve ser utilizada para conflitos de maior complexidade ou onde não seja possível uma composição dos interesses. No atual cenário, onde o Poder Judiciário é por muitas vezes o único caminho para a efetiva garantia dos direitos, a demanda de casos novos cresce ao longo dos anos.

Com esse foco, o Poder Judiciário, em seu Planejamento Estratégico, assumiu, de forma inovadora, o desafio de promover meios de solução não adversarial de conflitos e incluiu como



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

objetivo estratégico o incentivo a essas práticas, fortalecendo a iniciativa da implementação, desde 2008, da Central de Conciliações da Comarca de Palmas.

No mesmo sentido, o Conselho Nacional de Justiça, a fim de instituir uma Política Judiciária Nacional para tratamento adequado aos conflitos de interesses através da mediação e conciliação, editou a Resolução nº 125 que determina a criação, junto aos Tribunais, da estrutura para a promoção da mediação e da conciliação como retorno efetivo às demandas da sociedade.

Resultado dos Mutirões da Central das Conciliações da Comarca de Palmas

	Audiências realizadas	Acordos homologados
2009	1.278	497
2010	2.076	873

Fonte: Relatório de Gestão 2010 do TJTO

Tabela 4.0- Audiências realizadas e acordos homologados

O acesso à justiça também acontece por meio da justiça móvel presente nas principais cidades do estado (Palmas, Araguaína e Gurupi), e as semanas de conciliação, que permitem o acesso à justiça de forma não contenciosa.

Metas associadas ao Objetivo 002

Meta 2012-2015	Aumentar em 248 o número de pessoas capacitadas em mediação e conciliação.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todo o Estado do Tocantins	248	un

Meta 2012-2015	Ampliar para 50% a taxa de efetividade das audiências de conciliação.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Todas as Comarcas do Estado do Tocantins	50	%

INICIATIVAS

Fortalecimento dos Métodos consensuais de Solução de conflitos; Realização de Mutirões de Conciliação



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Objetivo 003

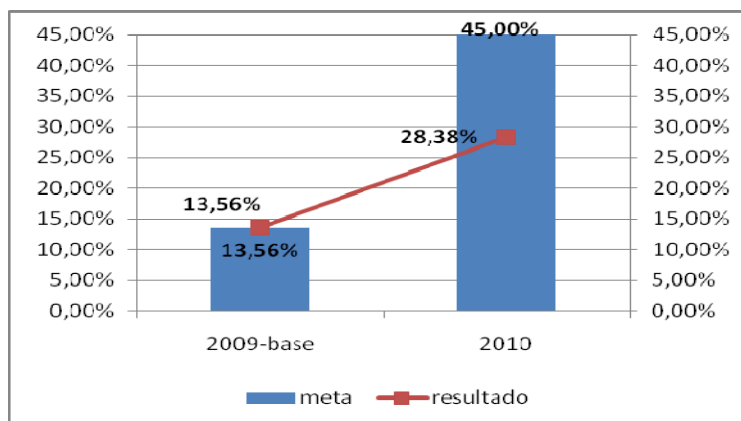
Garantir a agilidade na tramitação dos processos a fim de assegurar a razoável duração do processo, através da otimização das rotinas e procedimentos nos trâmites judiciais e administrativos.

Caracterização

Com o crescente aumento das demandas ao judiciário, é imperativo a busca da eficiência nos processos de tramitação judiciais e administrativos. Neste intuito o mapeamento dos processos corrobora em agilizar o caminho legal dos fluxos das rotinas de trabalho, buscando a celeridade do atendimento do jurisdicionado.

Para tal, foi criado no planejamento estratégico o índice de agilidade na publicação dos acórdãos que representa a importância da agilidade na publicação das decisões no prazo padrão de até 10 dias.

Índice de agilidade na publicação dos acórdãos (*)



Fonte: indicadores TJ 2010

(*) Publicar os acórdãos no prazo padrão de 10 dias

Gráfico 4.0 – Publicação de acórdãos

Somente após a publicação dos acórdãos é que as decisões tomadas em colegiado têm efeito legal. No ano de 2009 para 2010 houve um crescimento de 100% no número de acórdãos publicados passando de 13,56% para 28,38%, todavia o desafio é atingir os 100% exigidos pelo CNJ.

Com a previsão de implantação do processo administrativo eletrônico (SEI), haverá um controle mais eficiente dos atos administrativos, mais agilidade e segurança para o gestor e assim garantir o apoio necessário à atividade jurisdicional.

As atitudes que objetivem publicar os acórdãos com rapidez, implantação do processo eletrônico, mapeamento e redesenho dos processos judiciais, mapeamento e redesenho dos processos administrativos, além de outras iniciativas previstas, garantirão agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos, assegurarão uma razoável duração do processo e maior agilidade na estrutura administrativa do Poder Judiciário, facilitando a comunicação interna.



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Metas associadas ao Objetivo 003

Meta 2012-2015	Publicar 100% dos acórdãos dentro do prazo padrão (10 dias).	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Turmas Recursais	100	%

Meta 2012-2015	Aumentar para 100% o índice de virtualização dos processos novos.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	100	%

Meta 2012-2015	Reduzir em 3% o consumo de papel.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	3	%

Meta 2012-2015	Gerenciar 100% dos atos praticados pelas serventias extrajudiciais, por sistema informatizado.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça	100	%

INICIATIVAS

Implantação do Processo Administrativo Eletrônico (SEI); Virtualização do acervo de jurisprudência, acórdãos e busca processual; Mapeamento e redesenho dos processos judiciais; Mapeamento e redesenho dos processos administrativos; Digitalização de processos físicos; Gerenciamento de Cartórios e Secretarias; Implantação de software de Gestão Orçamentária e Financeira do Tribunal de Justiça, Implantação da Gestão das serventias extrajudiciais - Projeto GISE

Adesão ao Gespública



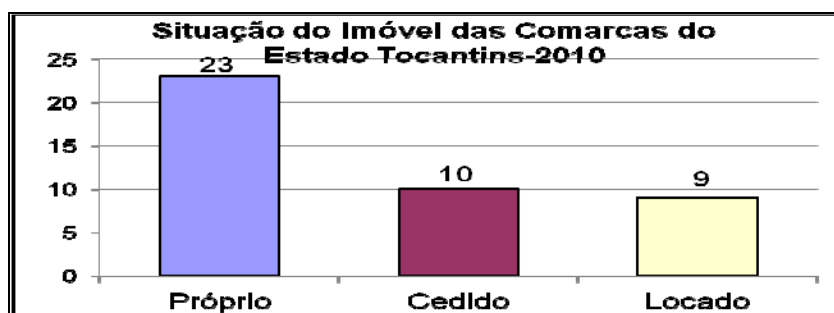
**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

Programa Temático II: Modernização Tecnológica de Infraestrutura e Gestão de Recursos

CONTEXTUALIZAÇÃO

A infraestrutura física predial do Poder Judiciário vem apresentando relevante melhoria.

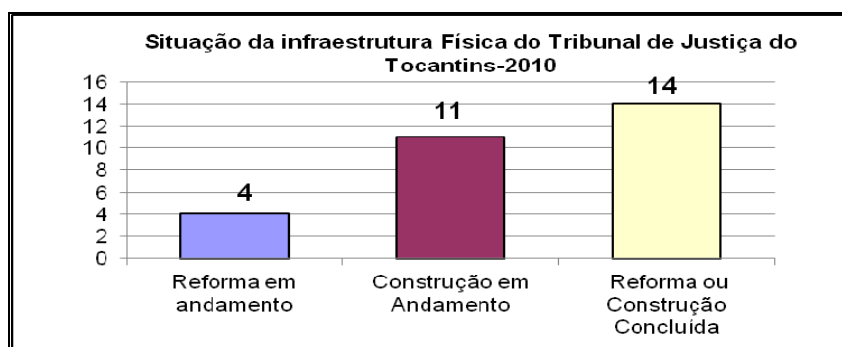
Em 2010, das 42 sedes de comarcas, 9 eram locadas, 10 cedidas e 23 são próprias, conforme representa o gráfico a seguir:



Fonte: Base de dados do TJTO

Gráfico 5.0 – Situação dos imóveis das Comarcas

Em 2010 foram reformados e/ou construídos 14 sedes de Comarcas (fóruns) e em 2011 existem 11 construções em andamento.



Fonte: Base de dados do TJTO

Gráfico 6.0 – Situação da infraestrutura física

O prédio do Tribunal de Justiça vem passando por reforma, cuja previsão de conclusão é para fevereiro de 2012. Com relação aos anexos do Tribunal de Justiça, temos a seguinte situação: a Corregedoria, a Escola da Magistratura e o depósito central estão em prédios locados. Nessa mesma situação encontram-se os Juizados Especiais, que em sua maioria são locados.

O parque tecnológico do Poder Judiciário está em fase de modernização, em termos de acesso aos sistemas de informação, internet, intranet e toda a tecnologia básica para acesso,



Poder Judiciário do Estado do Tocantins PPA 2012-2015

incluindo as estações de trabalho (computadores, impressoras, nobreak, scanner) que são necessários ao desenvolvimento das tarefas.

No entanto, com a implantação do processo eletrônico, a estrutura sofrerá remodelações nas estações de trabalho, aquisição de novos equipamentos e demais atitudes necessária para essa nova realidade.

Também com vistas à modernização dos seus serviços, o Poder Judiciário do Tocantins implantou o sistema de Malote Digital, ação que garantiu agilidade, segurança e redução de custos na comunicação dos atos processuais entre seus órgãos.

Com o Malote Digital não é mais necessário o transporte físico dos documentos entre o Tribunal e as unidades do Judiciário. Os documentos tramitam através de um sistema informatizado, recebendo um selo digital de autenticidade que garante caráter oficial ao documento.

Outro avanço importante foi a real efetivação do Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Judiciário do Tocantins (Funjuris), sistema que possibilitou uma redução na burocracia para a arrecadação de custas e taxas judiciais.

O Poder Judiciário desenvolveu um sistema integrado de rede de dados, feito em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que possibilitou as realizações de videoconferências.

A fim de elevar o aprendizado organizacional, o Judiciário Tocantinense conta com o apoio e infraestrutura da ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Desde sua implantação em 2003, a ESMAT vem sendo instrumento estratégico na preparação, formação e aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional, sendo reconhecida pela sua excelência e profissionalismo na realização de suas atividades.

A ESMAT se consolidou como uma instituição de ensino corporativa, que atende a Magistrados e Servidores vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, com vistas ao alcance da excelência técnica e ética dos serviços prestados pela Justiça Estadual. Através da ESMAT, no ano de 2010, com a implantação do ensino a distância (EAD), foram capacitados 1.310 servidores em competências estratégicas.

Apresentada a situação atual do Judiciário Tocantinense, o desafio é continuar o avanço na busca de melhorias constantes que venham colaborar na busca **da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz.**

Para tal, uma das prioridades do Poder Judiciário será desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes de seus magistrados e servidores.

O Capital Intelectual é a soma do conhecimento de todos em uma organização, o que lhe proporciona vantagens competitivas. É a capacidade mental coletiva e a capacidade de criar continuamente e proporcionar valor de qualidade superior.



Poder Judiciário do Estado do Tocantins PPA 2012-2015

“...Organizações que aprendem as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre, e onde as pessoas estão constantemente aprendendo a aprender coletivamente” (SENIGE, 1999, p. 21).

Assim, o Poder Judiciário coloca em seu PPA o objetivo de desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores, que deverá ser executado pela ESMAT. Para tal, recursos estão sendo direcionados que propiciem o cumprimento desse compromisso.

Para o Poder Judiciário realizar sua missão adequadamente será também necessário democratizar as relações de trabalho e aperfeiçoar a gestão de pessoas, ações indispensáveis para a valorização dos servidores e a prestação de serviços com qualidade. A consolidação do PCCR (Plano de Cargos Carreiras e Remunerações) será uma atitude que irá proporcionar satisfação nos servidores e a motivação necessária para agilidade nos serviços realizados.

A segurança será foco da gestão. Para tal a implantação dos serviços integrados de segurança patrimonial por meio de vigilância eletrônica e/ou armada para o Poder Judiciário será primordial para o alcance desse objetivo.

Para garantir infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais o desafio é manter os prédios em bom estado de uso e construir sedes próprias para os fóruns, juizados e anexos que hoje são cedidos ou locados. O Poder Judiciário tem realizado e executado o planejamento referente a sua infraestrutura física, atitude esta que será continuada com a execução de projetos de construção, ampliação ou aquisição de sedes próprias, construção de anexos, reformas, aparelhamento e reaparelhamento de sedes próprias de comarcas e anexos.

Na área de tecnologia da informação, será modernizado o parque tecnológico com a aquisição de novas estações de trabalho, consolidação do parque de servidores através da aquisição de solução de virtualização de servidores, arquivamento, armazenamento e retenção de dados, bem como interligar o Fórum de Palmas a sede do Tribunal de Justiça através de fibra ótica.

Na área administrativa, a renovação e ampliação da frota de veículos propiciará atendimento mais ágil nas atividades necessárias à solução de alguns casos judiciais, tais como visitas realizadas pelos psicólogos e assistentes sociais. Há ainda o atendimento às locomoções da Corregedoria, Diretoria de Infraestrutura, bem como otimizará a distribuição de materiais, malotes e, na área judicial, a realização de mutirões e serviços diversos necessários à boa condução das atividades que propiciarão um bom atendimento aos jurisdicionados.

Com a implantação das diversas propostas, o resultado esperado será uma infraestrutura modernizada, novas tecnologias implantadas, servidores capacitados, frota renovada e ampliada.

Na área da tecnologia da informação, o desafio será aumentar para 100% o índice de disponibilização de equipamentos de tecnologia necessários para implementação plena dos Processos Virtuais Judiciais e Administrativos.



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Estes objetivos, no conjunto, buscarão uma prestação jurisdicional continuada, mais dinâmica e moderna.

Indicadores associados ao Programa Temático Modernização de Infraestrutura e Gestão de Recursos

Indicador	Unidade de medida	Referência		Resultado esperado PPA
		Ano	Valor base	
Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia	%	2010	99,85	100
Construção do anexo do Tribunal de Justiça	un	2010	0	1
Construção ou aquisição de sede própria para Comarcas com sedes locadas ou cedidas.	un	2010	0	7
Concluir as construções de sede própria de comarcas e depósito central.	un	2010	13	13
Concluir as construções de unidades judiciárias.	un	2010	23	23
Reformar sedes próprias de Comarcas.	un	2010	23	16
Renovação e ampliação da frota do Poder Judiciário.	un	2010	51	43
Índice de unidades com segurança armada/eletrônica	%	2010	12	100
Carga horária de capacitação (em número de horas-aula)	un	2010	540	2.400

Valor global estimado para suprir o Programa Temático Modernização de Infraestrutura e Gestão de Recursos

	Valor 2012	Valor 2013-2015
Orçamento Fiscal		
Despesas Correntes	14.459.444,00	47.746.122,00
Despesas de Capital	54.389.268,00	80.401.322,00
Outras Fontes		
Valor Global	196.996.156,00	



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Objetivo 004 Garantir infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, para o bom desempenho dos serviços judiciários e proporcionar aos Magistrados e Servidores condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e dos sistemas, provendo as unidades judiciárias de infraestrutura física, material e tecnológica.

Caracterização

A prestação jurisdicional efetiva é o serviço que a sociedade espera do Poder Judiciário. Para que esta prestação se dê de forma eficiente e eficaz, as atividades de suporte devem ser capazes de suprir todas as necessidades de infraestrutura de bens e serviços para que não haja qualquer solução de continuidade na promoção da distribuição da Justiça.

O desafio do processo totalmente digital apresenta ao Judiciário novas oportunidades de promover a efetividade na prestação jurisdicional. Para tal novos patamares de infraestrutura são colocados onde novas estações de trabalho deverão ser adquiridas.

Nesse sentido as instalações físicas também serão adaptadas a essa nova realidade. Os leiautes das Serventias, Fóruns e Tribunal serão ajustados para atender às condições necessárias ao desenvolvimento dessas novas atividades.

A partir do momento em que todos terão acesso à mesma situação, as atitudes serão essenciais para o atingimento da efetividade da prestação jurisdicional.

Metas associadas ao objetivo 004:

Meta 2012-2015	Aumentar para 100% o índice de disponibilização de equipamentos de tecnologia.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	100	%

Meta 2012-2015	Construir o anexo do Tribunal de Justiça	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Anexo do Tribunal de Justiça	1	unidade



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Meta 2012-2015	Construir ou adquirir sede própria para 40% das Comarcas com sedes locadas ou cedidas.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Comarcas de Araguaína, Gurupi, Paraíso, Cristalândia, Peixe, Axixá, Ponte Alta do Tocantins	7	unidade
Meta 2012-2015	Concluir em 100% as construções de sede própria de comarcas e depósito central.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Comarcas de Araguatins, Guaraí, Porto Nacional, Natividade, Arraias, Alvorada, Miranorte, Palmeirópolis, Augustinópolis, Goiatins, Novo Acordo, Xambioá e depósito central.	13	unidade
Meta 2012-2015	Concluir em 100% as construções de unidades judiciárias.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Unidades Judiciárias de Brejinho de Nazaré, Campos Lindos, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto Magalhães, Dois Irmãos, Duerê, Divinópolis, Goianorte, Juarina, Lagoa da Confusão, Lizarda, Nova Olinda, Palmeirante, Pugmil, Recursolândia, Rio do Sono, Sandolândia, São Felix, São Salvador, São Valério, Silvanópolis e Talismã .	23	unidade
Meta 2012-2015	Reformar 16 sedes próprias de Comarcas.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Comarcas de Ananás, Arapoema, Taguatinga, Filadélfia, Almas, Araguacema, Aurora, Itacajá, Pium, Pedro Afonso, Tocantínia, Formoso do Araguaia , Colméia, Araguaçu, Colinas e Palmas.	16	unidade



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

Meta 2012-2015	Adquirir 43 veículos para o Poder Judiciário.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	43	unidade

Meta 2012-2015	Aumentar para 100 % as unidades consideradas seguras.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	100	%

INICIATIVAS

Implantação do PETIC (Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação)

Construção do anexo do Tribunal de Justiça do Tocantins; Construção e ampliação de sede própria de Comarcas; Aquisição de sede própria de Comarcas

Reforma de sedes de Comarcas

Aparelhamento de unidades do Poder Judiciário; Consolidação da Infraestrutura e tecnologia para ESMAT.

Implementação dos Serviços integrados de Segurança patrimonial por meio de vigilância eletrônica e/ou armada para o Poder Judiciário

Renovação e ampliação da frota de veículos

Objetivo 005

Garantir que os Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para alcance dos objetivos estratégicos através da aprendizagem e crescimento nas competências técnicas e gerenciais necessárias.

Caracterização

A promoção do conhecimento, habilidades e atitudes dos membros, colaboradores e relacionamentos busca promover, com visão integrada, o gerenciamento e compartilhamento de todo o ativo de informação de que a instituição dispõe.

Com vistas a exercer a missão corporativa, com apoio do direcionamento da visão, esse objetivo promove a espiral do conhecimento sustentando-se na aprendizagem e crescimento através do alinhamento de especialização de competências essenciais formadas por habilidades compartilhadas, de capacidades estratégicas com apoio tecnológico, do descongelamento constante



Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015

de comportamentos para formar a cultura de reinvenção, compromisso, qualificação e motivação para a meta.

No contexto da Gestão por Resultados, o processo corporativo maximizará a aprendizagem organizacional valendo-se da gestão compartilhada e valorização do capital intangível, cativando a inteligência empreendedora e a educação corporativa por excelência que implica na efetiva utilização das oportunidades projetadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Dessa forma a atuação da ESMAT concorre para implementação do Plano Nacional de Capacitação Judicial, instituídas na Resolução 126 do CNJ de 22.02.2011, cujas modalidades constam do Artigo 3º:

“Art. 3º A Capacitação Judicial será desenvolvida nas seguintes modalidades:

- I – formação inicial;
- II – formação continuada;
- III – formação de formadores (multiplicadores)”.

Metas associadas ao objetivo 005:

Meta 2012-2015	Executar 2400 horas aulas até 2015.	
Regionalização	Quantidade/Detalhamento	Unidade de Medida
Tribunal de Justiça e Comarcas	2400	unidade

INICIATIVAS

Promoção da gestão por competências; Gestão de cursos e aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores



**Poder Judiciário do Estado do Tocantins
PPA 2012-2015**

Programa de Gestão: Programa de Gestão, Manutenção e Serviço do Poder Judiciário

O programa de Gestão, Manutenção e Serviço do Poder Judiciário são as ações que visam dar suporte às atividades necessárias ao funcionamento do Poder Judiciário.

Nesse segmento estão as atividades de manutenção diversas, tais como manutenção da frota; manutenção predial; suprimentos de materiais de expediente, elétricos, hidráulicos; manutenção de recursos humanos; manutenção de informática; serviços gerais; segurança, dentre outras atividades que garantirão a prestação jurisdicional.

Valor global estimado para suprir o Programa de Gestão, Manutenção e Serviço do Poder Judiciário

	Valor 2012	Valor 2013-2015
Orçamento Fiscal Despesas Correntes Despesas de Capital Despesa de Pessoal	46.267.998,00 1.908.139,00 283.701.450,00	214.766.869,00 8.925.306,00 1.242.457.276,00
Outras Fontes		
Valor Global	1.798.027.038,00	